OZN Health SPE S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais Referentes aos
Períodos de Três e Nove Meses
Findos em 30 de Setembro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações financeiras intermediárias. 1

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações do resultado abrangente 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto 7

Demonstrações do valor adicionado 8

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias. 9

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
OZN Health SPE S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da OZN Health SPE S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

68729

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

OZN HEALTH SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2026	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2026	31/12/2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.002	63.483	Fornecedores	9	8.988	8.185
Contas a receber	4	39.971	38.418	Operação de "Confirming"	9	12.114	12.474
Impostos a recuperar	5	26.080	17.360	Debêntures	12	51.988	53.447
Ativo financeiro	6	116.149	108.915	Impostos e contribuições a recolher	10	560	1.547
Partes relacionadas	7	11.313	14.310	Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	5.701	4.795
Outros ativos		398	195	Obrigações trabalhistas		4.221	2.875
Total do ativo circulante		208.913	242.681	Dividendos a pagar	14	-	19.816
				Total do passivo circulante		83.572	103.139
NÃO CIRCULANTE							
Partes relacionadas	7	130.102	118.395	NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		45	3	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	133	70
Impostos a recuperar	5	47.907	71.272	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	140.904	137.627
Ativo financeiro	6	385.148	383.303	Debêntures	12	315.074	351.051
Intangível	8	97.116	108.214	Impostos e contribuições a recolher	10	347	246
Total do ativo não circulante		660.318	681.187	Total do passivo não circulante		456.458	488.994
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	235.908	235.908
				Reserva legal		36.379	36.379
				Reserva de lucros		2.264	59.448
				Lucros acumulados		54.650	-
				Total do patrimônio líquido		329.201	331.735
TOTAL DO ATIVO		869.231	923.868	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		869.231	923.868

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	194.525	193.723	58.255	55.213
Custo de serviço prestado	16	(48.877)	(45.196)	(17.172)	(14.519)
LUCRO BRUTO		145.648	148.527	41.083	40.694
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	16	(33.153)	(36.888)	(11.368)	(12.289)
Outras receitas (despesas) operacionais		(382)	52	-	38
		(33.535)	(36.836)	(11.368)	(12.251)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		112.113	111.691	29.715	28.443
Receita financeira	17	23.807	40.601	8.021	14.066
Despesa financeira	17	(52.415)	(53.851)	(17.273)	(19.793)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(28.608)	(13.250)	(9.252)	(5.727)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		83.505	98.441	20.463	22.716
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	18	(25.578)	(21.014)	(8.971)	(8.902)
Diferidos	18	(3.277)	(8.161)	1.732	1.224
		(28.855)	(29.175)	(7.239)	(7.678)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		54.650	69.266	13.224	15.038
RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	19	0,58	0,73	0,14	0,16

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO	54.650	69.266	13.224	15.038
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	54.650	69.266	13.224	15.038

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		235.908	32.207	61.741	-	329.856
Lucro líquido do período		-	-	-	69.266	69.266
Distribuição de dividendos intercalares	14	-	-	(21.000)	-	(21.000)
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025		235.908	32.207	40.741	69.266	378.122
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		235.908	36.379	59.448	-	331.735
Lucro líquido do período		-	-	-	54.650	54.650
Distribuição de dividendos intermediários	14	-	-	(57.184)	-	(57.184)
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026		235.908	36.379	2.264	54.650	329.201

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/09/2026	30/09/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		83.505	98.441
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	6	(84.277)	(88.522)
Amortização de ativo intangível	16	11.099	11.098
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	12	49.812	52.514
Apropriação custo de captação de financiamentos e debentures	12	731	(328)
Juros sobre empréstimos entre partes relacionadas a receber	17	(17.707)	(24.114)
Ajuste a valor presente		124	(51)
Atualização monetária de créditos tributários	17	(4.715)	(7.050)
PIS e COFINS sobre atualização de créditos tributários	18	347	880
Partes relacionadas	7	8.997	-
Provisão e reversão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	63	30
Fluxo de caixa operacional antes das movimentações no capital de giro		47.979	42.898
Variação no capital circulante:			
Contas a receber	4	(1.553)	7.895
Impostos a recuperar	5	(5.312)	(12.946)
Ativo financeiro	6	83.089	76.210
Outros ativos e passivos		(246)	323
Fornecedores e prestadores de serviços	9	803	4.013
Obrigações trabalhistas		1.346	1.179
Impostos a recolher	10	(1.233)	(5.171)
Caixa gerado nas operações		124.873	114.401
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(1.175)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	12	(50.181)	(52.682)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		74.692	60.544
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo financeiro (custo de obra)	6 e 16	(7.891)	(6.082)
Aplicações financeiras		-	3.710
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimento		(7.891)	(2.372)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Operação de "Confirming"	9	(484)	(844)
Amortização principal de empréstimos	12	(37.798)	-
Dividendos pagos	14	(77.000)	(21.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(115.282)	(21.844)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(48.481)	36.328
Caixa e equivalentes no início do período		63.483	13.274
Caixa e equivalentes no fim do período		15.002	49.602
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		(48.481)	36.328

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	30/09/2026	30/09/2025
	204.102	202.947
Receita de contrato com cliente	204.153	202.777
Outras receitas	(51)	170
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(54.434)	(53.227)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(38.653)	(36.017)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.781)	(17.210)
VALOR ADICIONADO BRUTO	149.668	149.720
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(11.099)	(11.098)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	138.569	138.622
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	23.807	40.601
Receitas financeiras	23.807	40.601
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	162.376	179.223
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	162.376	179.223
PESSOAL	13.570	12.865
Remuneração direta	10.710	10.034
Benefícios	1.775	2.004
FGTS	1.085	827
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	42.727	43.134
Federais	33.027	33.965
Estaduais	-	-
Municipais	9.700	9.169
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	51.429	53.958
Juros	50.543	52.514
Aluguéis	47	105
Outros	839	1.339
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	54.650	69.266
Lucros do período	54.650	69.266
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OZN Health SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede em Manaus (AM), constituída em 30 de abril de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A. ("Controladora"), a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE.

Em 2 de setembro de 2025, a Companhia obteve o registro Categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia não realizou, para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2026, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitido pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB", de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis a elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR.

Estas informações financeiras intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, foram preparadas para atualizar os usuários sobre as informações relevantes do período. Os princípios, as estimativas, as práticas contábeis, métodos de mensuração e normas adotadas são consistentes com as apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, exceto quando divulgado diferente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas informações financeiras intermediárias foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Consistência das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações intermediárias são aquelas divulgadas em nota explicativa das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. No contexto dessas políticas não houve alteração relevante aplicável à Companhia no período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2026, permanecendo inalteradas a relação de normas novas, emitidas e ainda não aplicáveis ao negócio.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	30/09/2026	31/12/2025
Bancos	6	66
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	14.996	63.417
	15.002	63.483

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados a uma taxa média de aproximadamente 97,47% do CDI em 30 de setembro de 2026 (105,79% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A redução em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2025 é decorrente, principalmente, dos dividendos distribuídos ao longo do ano, no montante de R$77.000.

4 CONTAS A RECEBER

Referem-se aos saldos a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	30/09/2026	31/12/2025
Contraprestação pública	39.962	38.405
Receitas acessórias	9	13
	39.971	38.418

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 30 de setembro de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Valores a Vencer	39.962	38.027
Vencidos		
De 1 a 30 dias	9	13
Acima de 90 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	378
	39.971	**38.418**

A Administração avaliou as contas a receber decorrentes do Contrato de Concessão quanto à necessidade de reconhecimento de perdas de crédito esperadas, nos termos do CPC 48 / IFRS 9, adotando a abordagem simplificada (perda esperada para toda a vida do instrumento). Nessa avaliação, foram considerados: (i) o perfil de vencimento dos recebíveis, não havendo valores vencidos de longa data; (ii) o fato de as notas fiscais terem sido emitidas e atestadas pelo Poder Concedente, sem contestação dos valores faturados; e (iii) a garantia prestada pelo Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas, que assegura o pagamento de até três contraprestações mensais, nos termos do Contrato de Concessão. Por se tratar de garantia integrante dos termos contratuais, seus limites e condições de execução foram considerados na mensuração da perda esperada. A Companhia pode acionar o referido Fundo para o recebimento das contraprestações vencidas. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a perda de crédito esperada é imaterial e, portanto, não reconheceu provisão.

5 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	30/09/2026	31/12/2025
PIS/COFINS (a)	69.558	84.359
IRPJ/CSLL(b)	3.294	3.192
Outros	1.135	1.081
	73.987	**88.632**
Circulante	26.080	17.360
Não Circulante	47.907	71.272

(a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela Companhia. Em maio de 2020, a Companhia ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que suas atividades estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus.

Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à Companhia, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável.

Do montante de créditos tributários mencionado anteriormente, a Companhia compensou R$9.804 durante o período findo em 30 de setembro de 2026, mediante sua utilização para liquidação de tributos federais correntes. Em decorrência dessas compensações, o saldo remanescente de créditos tributários encontra-se refletido nas informações financeiras intermediárias na data-base de 30 de setembro de 2026.

(b) O montante corresponde aos impostos retidos na fonte pelo poder concedente referente as notas de serviços prestados.

6 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2025	**476.491**
Recebimentos	(76.210)
Atualização monetária do ativo financeiro	88.522
Adições	6.082
Saldo em 30 de setembro de 2025	**494.885**
Circulante	107.098
Não Circulante	387.887
Saldo em 1 de janeiro de 2026	**492.218**
Recebimentos	(83.089)
Atualização monetária do ativo financeiro	84,277
Adições	7.891
Saldo em 30 de setembro de 2026	**501.297**
Circulante	116.149
Não Circulante	385.148

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R$501.297 em 30 de setembro de 2026 (R$494.885 em 30 de setembro de 2025) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no período findo em 30 de setembro de 2026 foram de R$84.277 (R$88.522 em 30 de setembro de 2025), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 6,39% em 2025 e 5,09% para o ano de 2026.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

7 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou operação de Mútuo, no valor de R$200.000 na data de 26 de dezembro de 2024 à Mutuária **(OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A)**, corrigido a 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033.

A amortização fora inicialmente pactuada conforme quadro abaixo:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

Repactuação da taxa de juros

Em 25 de agosto de 2025, foi aprovado em ato societário, a repactuação da taxa do Mútuo realizado entre a Companhia e à Mutuária (OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A). Após a repactuação, a taxa passou de 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., para 100% da taxa CDI, acrescida de 4% a.a., calculados a partir de 01 de setembro de 2025. A repactuação teve por objetivo adequar a remuneração do Mútuo ao custo de captação e às condições de mercado da Companhia.

Em 31 de outubro de 2025, ocorreu o abatimento parcial do saldo de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no valor total de R$87.056, mediante a compensação com dividendos intermediários, sendo R$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 e R$40.738 associados a reserva de lucros apresentada no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2024.

Não houve novas repactuações em 2026.

						Posição atualizada em	
Partes Relacionadas	**Modalidade**	**Data da captação**	**Vencimento**	**Juros e encargos (a.a.)**	**Valor captado**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
OPY HEALTH	Mútuo	26/12/2024	01/04/2033	100% CDI e 4% a.a.	200.000	141.415	132.705
					200.000	**141.415**	**132.705**
Circulante						11.313	14.310
Não Circulante						130.102	118.395

		Principal		Juros e encargos		
Mútuo – partes relacionadas	**31/12/2025**	**Adições**	**Pagamentos**	**Adições**	**Pagamentos**	**30/09/2026**
Mútuo – partes relacionadas	132.705	-	(8.997)	17.707	-	141.415
	132.705	**-**	**(8.997)**	**17.707**	**-**	**141.415**

Em 30 de setembro de 2026 e 2025, os saldos de resultado decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	Relação	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Resultado			
Custo dos serviços prestados			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(9.498)	(8.164)
Opy Serviços Hospitalares S.A (i)	Parte relacionada	(3.261)	(2.378)
Resultado financeiro			
Receita de juros sobre mútuo com partes relacionadas	Acionista	17.707	24.114
		4.948	**13.572**

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados. Estas prestações foram todas liquidadas dentro do exercício.

	Dividendos a pagar	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A	-	19.816
	-	**19.816**

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração é paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados, referindo-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore, no montante de R$1.441 no período findo em 30 de setembro de 2026 e R$1.611 no exercício findo em 30 de setembro de 2025. Não existe remuneração, benefícios-pós emprego, rescisórios ou de longo prazo. Não houve pagamentos realizados diretamente pela Companhia de tais benefícios para os mesmos períodos.

8 INTANGÍVEL

Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2026	
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**265.298**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**265.298**
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(157.084)**
Amortização do período	(11.098)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**(168.182)**
Saldo Residual Líquido	
Em 31 de dezembro de 2025	**108.214**
Em 30 de setembro de 2026	**97.116**

9 FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING

A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores - confirming (a)	12.897	13.381
Ajuste valor presente - confirming	(783)	(907)
Fornecedores – terceiros	8.988	8.185
	21.102	**20.659**

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 21.

(a) A Companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto de 1,28% a.m., passando a serem credoras da operação até a liquidação final, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados, de até 120 dias.

As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.

Movimentação fornecedores Confirming

	31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Fornecedores Confirming	13.381	22.105	(22.588)	12.898
Total	**13.381**	**22.105**	**(22.588)**	**12.898**

	31/12/2024	Adições	Baixas	30/09/2025
Fornecedores Confirming	12.615	23.152	(23.996)	11.771
Total	**12.615**	**23.152**	**(23.996)**	**11.771**

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	30/09/2026	31/12/2025
Pis e COFINS a recolher (i)	150	420
Outros impostos	757	1.373
	907	**1.793**
Circulante	560	1.547
Não circulante	347	246

(i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R$13.745 (incluindo multas e juros). Até 30 de setembro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de 126 parcelas, restando 20 parcelas a serem pagas mensalmente.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ a Recolher	3.306	2.601
CSLL a Recolher	2.395	2.194
	5.701	4.795

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 de dezembro 2025	2.601	2.194	4.795
Provisão impostos	18.748	6.830	25.578
Compensação impostos IRRF	(9.804)	-	(9.804)
Compensação impostos Perd/Comp	(8.239)	(6.629)	(14.868)
Saldo a pagar 30 de setembro de 2026	**3.306**	**2.395**	**5.701**

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 18.

12 DEBÊNTURES

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, e de espécie quirografária, no valor de R$420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas.

A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente Fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais:

(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4;

(ii) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Controladora.

A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário (“Contrato Serviços de Cauções e Outros”); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima.

O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em 30/09/2026	31/12/2025
Debentures	20/12/2024	26/11/2031	100% DI+3,5%a. a	420.000	367.062	404.498
Circulante (Principal)					53.022	54.561
Circulante (Custo emissão debentures)					(1.034)	(1.114)
					51.988	**53.447**
Não circulante (Principal)					321.261	358.029
Não circulante (custo emissão debentures)					(6.187)	(6.978)
					315.074	**351.051**
Total					**367.062**	**404.498**

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2026.

		Principal		Juros e encargos		
Debêntures	**31/12/2025**	**Adições**	**Pagamentos**	**Adições**	**Pagamentos**	**30/09/2026**
Debêntures emitidas	411.600	-	(37.799)	-	-	373.801
Juros Contrato	72.546	-	-	49.812	(27.533)	94.825
Amortização juros contrato	(71.696)	-	-	-	(22.648)	(94.344)
Custo com emissão debentures	(7.952)	-	-	731	-	(7.221)
	404.498	**-**	**(37.799)**	**50.543**	**(50.181)**	**367.062**

12.1. Covenants

O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash.

O ICSD deverá ser calculado como a razão entre:

(A) *Geração Operacional de Caixa*, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e

(B) *Serviço da Dívida*, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período.

Sendo, ICSD = A / B.

A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R$15.000.

O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de:

(a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias;

(b) despesas de depreciação e amortização; e

(c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras.

Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos:

1) receitas de remuneração de ativo financeiro;

2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre o ativo financeiro; e

3) custos de construção.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN.

Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:

Período	Limite Dív. Líq / EBITDA Cash
2024	<= 3,0
2025	<= 2,9
2026 e 2027	<= 2,5
2028 e 2029	<= 2,0
2030 e 2031	<= 1,0

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 30 de junho de 2026 (data da última mensuração) e 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses LTM 30/06/2026
ICSD	>= 1,2	1,5
Dívida Líquida/EBITDA Cash	<= 2,5	2,3

Índice	**Limite**	**12 meses LTM 31/12/2025**
ICSD	>= 1,2	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Cash	<= 2,9	2,3

13 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Trabalhistas

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de configuração de doenças ocupacionais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	Provisão	Reversão	30/09/2026
Trabalhista	70	133	(70)	133
Total	**70**	**133**	**(70)**	**133**

	31/12/2024	Provisão	Reversão	30/09/2025
Trabalhista	40	70	(40)	70
Total	**40**	**70**	**(40)**	**70**

Na data das informações financeiras intermediárias, a Companhia não possui valor de processos classificados com risco de perda possível ou remota.

A Administração mantém acompanhamento contínuo de eventuais riscos legais, tributários, cíveis, trabalhistas ou regulatórios que possam impactar suas operações, revisando periodicamente suas estimativas e classificações de risco.

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado é de R$235.908, representado por 94.500.000 (noventa e quatro milhões e quinhentas mil) ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	30/09/2026			31/12/2025		
	Ações (ON)	Participação (R$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R$)	Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	**235.908**	**100,00%**	**94.500**	**235.908**	**100,00%**

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 28 de fevereiro de 2025, foi ratificado em assembleia o pagamento de dividendos intermediários no montante R$10.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 07 de fevereiro de 2025.

Em 28 de fevereiro de 2025 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R$11.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 10 de março de 2025.

Em 14 de outubro de 2025 foi aprovado em ato societário o abatimento parcial do saldo credor de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no montante R$87.056. O abatimento foi realizado por meio da compensação de dividendos intermediários no montante de R$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 além da nova deliberação de R$40.738.

Em 07 de janeiro de 2026 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intercalares no montante R$53.500, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros acumulados que foram pagos na mesma data.

Em 28 de abril de 2026 foi realizado o pagamento de dividendos no montante R$12.500, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, os quais já haviam sido formalmente deliberados em 2025 e já se encontravam provisionados em 31 de dezembro de 2025.

Em 30 de julho de 2026 foi realizado o pagamento de dividendos no montante R$4.800, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, os quais já haviam sido formalmente deliberados em 2025 e já se encontravam provisionados em 31 de dezembro de 2025.

Em 29 de setembro de 2026 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante R$6.200, dos quais R$2.516 já haviam sido deliberados e provisionados em 31 de dezembro de 2025 e R$3.684 foram deliberados em 2026 à conta de reserva de lucros, nos termos do artigo 25 do Estatuto Social.

Segue demonstrativo abaixo dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos no período findos em 30 de setembro de 2026 e 2025:

2026:

Data de pagamento	Dividendos
07/01/2026	53.500
28/04/2026	12.500
30/07/2026	4.800
29/09/2026	6.200
	77.000

2025:

Data de pagamento	Dividendos
07/02/2025	10.000
10/03/2025	11.000
	21.000

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

15 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	Período de nove meses findo em		Período de três meses findo em	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receita de operação (i)	111.986	108.173	37.783	36.723
Receita de remuneração do ativo de concessão (ii)	84.277	88.522	20.219	19.965
Receita de construção (iii)	7.891	6.082	3.552	1.654
Outras Receitas	71	116	24	33
Total de receitas	**204.225**	**202.893**	**61.578**	**58.375**
Impostos sobre serviços (iv)	(9.700)	(9.170)	(3.323)	(3.162)
	(9.700)	**(9.170)**	**(3.323)**	**(3.162)**
Total da Receita Liquida	**194.525**	**193.723**	**58.255**	**55.213**

(i) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra.

(ii) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 6 – Ativo financeiro.

(iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.

(iv) O imposto incidente sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigente é: Imposto sobre Serviços – ISS 5%.

16 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	Período de nove meses findo em		Período de três meses findo em	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Materiais e serviços de obra	(7.633)	(5.921)	(3.456)	(1.611)
Gasto com pessoal	(16.516)	(13.741)	(5.341)	(4.187)
Serviços de terceiros	(35.703)	(38.383)	(12.365)	(13.540)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(10.174)	(10.274)	(3.476)	(3.276)
Depreciação e amortização	(11.099)	(11.098)	(3.700)	(3.699)
Consumíveis e outros	(905)	(1.159)	(202)	(439)
Outros	(382)	(1.456)	-	(19)
	(82.412)	**(82.032)**	**(28.540)**	**(26.771)**
Custo de serviço prestado	(48.877)	(45.196)	(17.172)	(14.519)
Despesas gerais e administrativas	(33.153)	(36.888)	(11.368)	(12.289)
Outras despesas (receitas) operacionais	(382)	52	-	38

17 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	Período de nove meses findo em		Período de três meses findo em	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.385	2.452	536	1.498
Juros sobre mútuo (i)	17.707	24.114	6.044	9.099
Atualização Monetária (ii)	4.715	14.035	1.441	3.469
Total de receitas	**23.807**	**40.601**	**8.021**	**14.066**
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(50.542)	(52.514)	(16.624)	(19.207)
Outras despesas financeiras	(1.873)	(1.337)	(649)	(586)
Total das despesas	**(52.415)**	**(53.851)**	**(17.273)**	**(19.793)**
Resultado financeiro líquido	**(28.608)**	**(13.250)**	**(9.252)**	**(5.727)**

(i) Trata-se da receita de juros incorrida sobre o contrato de mútuo a receber junto a partes relacionadas, o qual está descrito na nota explicativa 7.

(ii) Trata-se da atualização sobre os créditos de PIS e COFINS originados do Processo, o qual está mencionado na nota explicativa 5.

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre crédito extemporâneo de PIS e COFINS	8.111	12.995
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita de construção	132.793	124.632
	140.904	**137.627**

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	83.505	98.441
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(28.392)**	**(33.470)**
Outros Ganhos Financeiros referentes à atualização monetária de créditos tributários de PIS/COFINS	-	2.868
Outras diferenças permanentes, líquidas	(463)	1.427
	(28.855)	**(29.175)**
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	**(28.855)**	**(29.175)**
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(25.578)	(21.014)
Diferido	(3.277)	(8.161)
	(28.855)	**(29.175)**
Alíquota Efetiva	**35%**	**30%**

19 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 30 de setembro de 2026 e de 2025, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 30 de setembro de 2026 e de 2025 podem ser assim demonstrados:

	30/09/2026	30/09/2025
Numerador		
Resultado líquido do exercício	54.650	69.266
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	94.500	94.500
Resultado básico e diluído por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,58	0,73

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*") ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "*input*" significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "*inputs*" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "*inputs*" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "*input*" que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos a custo amortizado, não apresentam diferença significativa entre seus saldos contábeis e valor justo.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	30/09/2026			
	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.002	15.002	-
Mútuo partes relacionadas	-	141.415	141.415	
Contas a receber de clientes	-	39.971	39.971	-
Ativo financeiro	-	501.297	501.297	-
	-	**697.685**	**697.685**	**-**
Passivos				
Debêntures	-	367.062	367.062	387.830
Fornecedores, incluindo confirming	-	21.102	21.102	-
	-	**388.164**	**388.164**	**387.830**

	31/12/2025			
	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	63.417	63.417	-
Mútuo partes relacionadas	-	132.705	132.705	
Contas a receber de clientes	-	38.418	38.418	-
Ativo financeiro	-	492.218	492.218	-
	-	**726.758**	**726.758**	**-**
Passivos				
Debêntures	-	404.498	404.498	420.453
Fornecedores, incluindo confirming	-	20.659	20.659	.
Dividendos a pagar	-	19.816	19.816	.
	-	**444.973**	**444.973**	**420.453**

21 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.
Dessa forma, a Companhia avalia, em bases anuais, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDBs, indexados à taxa CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver nota explicativa nº 3).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, consequentemente, na remuneração destes ativos.

A Companhia possui contrato de mútuo firmado com a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 7).

Passivos

A companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "operações confirming". Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa pré-fixada, em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, (ver nota explicativa nº 9).

Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debêntures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	30/09/2026	31/12/2025
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	501.297	492.218
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	**501.297**	**492.218**
Exposição às taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	15.002	63.417
Mútuo – partes relacionadas	141.415	132.705
Passivos		
Debêntures	(367.061)	(404.498)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	**(210.644)**	**(208.376)**
Exposição líquida total a taxas de juros	**290.653**	**283.842**

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise, os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 30 de setembro de 2026;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 15 de agosto de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP. **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	30/09/2026	Período até 30 de setembro de 2027				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	13,65%	13,65%	6,83%	10,24%	17,06%	20,48%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		30/09/2026	Exercício até 30 de setembro de 2027				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	15.002	17.050	16.025	16.538	17.562	18.074
Mútuo	CDI	141.415	160.718	151.067	155.892	165.544	170.370
		156.417	**177.768**	**167.092**	**172.430**	**183.106**	**188.444**
Efeito de ganho (perda)			**21.351**	**(10.676)**	**(5.338)**	**5.338**	**10.676**

Passivos financeiros		30/09/2026	Exercício até 30 de setembro de 2027				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Debênture	Variação CDI	367.062	417.166	392.114	404.640	429.692	442.218
		367.062	**417.166**	**392.114**	**404.640**	**429.692**	**442.218**
Efeito de ganho (perda)			**(50.104)**	**25.052**	**12.526**	**(12.526)**	**(25.052)**
Efeito de ganho (perda), líquido			**(28.753)**	**14.376**	**7.188**	**(7.188)**	**(14.376)**

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é atualizada anualmente por uma cesta de índices definida em contrato, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/09/2026
Debêntures	103.352	99.346	314.004	516.702	(149.640)	367.062
Fornecedores, incluindo confirming	21.102	-	-	21.102	-	21.102
Passivos financeiros	**124.454**	**99.346**	**314.004**	**537.804**	**(149.640)**	**388.164**

O quadro acima representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito relacionado às contas a receber está concentrado no Poder Concedente (Estado do Amazonas), decorrente das contraprestações previstas no Contrato de Concessão. Esse risco é mitigado pela garantia prestada pelo Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas, que assegura o pagamento de até três contraprestações mensais, nos termos do Contrato de Concessão, conforme descrito na Nota 4 - Contas a receber. Com relação às instituições financeiras, a Companhia mantém seus recursos e aplicações financeiras em instituições de primeira linha, o que mitiga o risco de perdas.

22 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

		30/09/2026		
Seguradora	**Categoria**	**Apólice**	**Vigência**	**Valor**
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	6001407528	Jul/2026 a Jul/2027	604.305
Axa Seguros S.A	Resp. Civil	3510020754	Jun/2026 a Jun/2027	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	Mai/2026 a Mai/2027	4.302
				638.607

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital OZN Health de Manaus, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R$4.302.

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Dessa forma, a Companhia conta com apenas um segmento operacional.

24 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/09/2026	**30/09/2025**
Compensação entre crédito de imposto de renda retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e imposto de renda a recolher	9.804	-
Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	14.868	-

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2026.

26 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de novembro de 2026.

DIRETOR PRESIDENTE E DE OPERAÇÕES
Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Felipe Rodrigues Tonetti

CONTADOR RESPONSÁVEL
Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3